



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROGERLÂNDIA SHEILA DE LIMA LACERDA

**A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

João Pessoa - PB

2023

ROGERLÂNDIA SHEILA DE LIMA LACERDA

**A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia desta instituição.

Orientadora: Dra. Munique Massaro

João Pessoa - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L131m Lacerda, Rogerlandia Sheila de Lima.

A mediação pedagógica para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na educação infantil / Rogerlandia Sheila de Lima Lacerda. - João Pessoa, 2023.

42 f.: il.

Orientação: Munique Massaro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. Mediação pedagógica. 4. Transtorno do espectroautista. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/CE

CDU 616.896 (043.2)

ROGERLÂNDIA SHEILA DE LIMA LACERDA

**A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia desta instituição.

Aprovado em: 13 de junho de 2023.

Banca Examinadora

Dra. Munique Massaro – UFPB
(Orientadora)

Dra. Adenize Queiroz de Farias - UFPB
(Examinadora Interna)

Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva – UFPB
(Examinadora Interna)

João Pessoa - PB

2023

Dedico este trabalho de conclusão de curso ao meu amado esposo Jhonata e a minha querida mãe Maria do Socorro, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, me incentivando e me inspirando a alcançar meus objetivos. Sem o amor, a paciência e o apoio incondicional de vocês, eu não teria chegado até aqui. Espero que este trabalho possa ser uma pequena forma de retribuir todo o carinho e dedicação que vocês sempre me dedicaram.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois sem a sua graça e bondade, eu não teria sido capaz de completar o meu Trabalho de Conclusão de Curso com sucesso. Agradeço por me conceder a sabedoria, a força e a perseverança necessária para superar os desafios que encontrei no caminho.

Gostaria de agradecer ao meu esposo Jhonata Lynnk, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e encorajando, mesmo nos momentos difíceis. Obrigada por ser meu companheiro fiel nesta jornada.

Também gostaria de agradecer a minha mãe Maria do Socorro, por sempre me amar, me incentivar e me inspirar a nunca desistir dos meus sonhos. E aos meus irmãos Rosângela, Rosembergue e Rogirlene, por me darem suporte e força para enfrentar as adversidades.

A minha professora orientadora, a Dra. Munique Massaro, merece um agradecimento especial por sua orientação e paciência durante todo o processo. Sua experiência, conhecimento e incentivo foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os meus familiares que me apoiaram e encorajaram ao longo deste caminho. E um agradecimento especial à minha tia Maria das Neves, que me acolheu em sua casa no momento primordial para o meu desenvolvimento.

Não posso deixar de agradecer às minhas colegas de turma e amigas Mary, Jeane, Andrea, Jocy e Sol e a todos do grupo o “buraco”, que compartilharam comigo seus conhecimentos e experiências. Juntas, aprendemos e crescemos.

Sou grata por ter tido todas essas pessoas especiais ao meu lado e por terem sido uma parte importante deste processo.

Que Deus abençoe a todos vocês!

RESUMO

Inclusão no espaço educativo se refere ao ato de dar condições equitativas, visando as particularidades de cada aluno, para que dentro das suas condições ele possa participar das ações pedagógicas e tenha possibilidades de se desenvolver. Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral compreender a importância da mediação pedagógica para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. De forma específica, o estudo buscou, a saber: analisar o desenvolvimento de práticas educativas na Educação Infantil e averiguar como o professor pode desenvolver a mediação pedagógica para promover uma educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista, a partir de trabalhos científicos. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratória e sistematizada. Para a sua realização, se baseou em legislações e teóricos da área da Educação Infantil e da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no intuito de subsidiar teoricamente o estudo. Foi realizada uma busca sistematizada de teses, dissertações e artigos científicos no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o parâmetro cronológico entre 2000 e 2023, parâmetro linguístico a Língua Portuguesa e parâmetro temático a mediação pedagógica com crianças com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. Verificou-se que o processo de inclusão da criança com o transtorno do espectro autista na educação infantil é uma tarefa desafiadora nas instituições de educação brasileira, mas esse contexto é fundamental para que esse público tenha direito a uma educação de qualidade para o exercício da cidadania. Foi averiguado que o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência deve ocorrer na rede regular de ensino, com condições especializadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. A organização da rotina é muito importante para a criança com transtorno do espectro autista, por isso o professor deve programar bem as atividades que irá propor, considerando o interesse do aluno, para que a mediação pedagógica tenha perspectivas positivas.

Palavras-chave: Educação Infantil; inclusão; mediação pedagógica; transtorno do espectro autista.

ABSTRACT

Inclusion in the educational space refers to the act of providing equal conditions, aiming at the particularities of each student, so that, within their conditions, they can participate in pedagogical actions and have possibilities to develop. This Course Completion Work had the general objective of understanding the importance of pedagogical mediation for the inclusion of children with autism spectrum disorder in Early Childhood Education. Specifically, the study sought, namely: to analyze the development of educational practices in Early Childhood Education and to find out how the teacher can develop pedagogical mediation to promote an inclusive education for children with autism spectrum disorder, based on scientific works. The work is bibliographical research, exploratory and systematized. For its realization, it was based on legislation and theorists in Early Childhood Education and Special Education from the perspective of Inclusive Education, to theoretically subsidize the study. A systematic search of theses, dissertations and scientific articles was carried out in the Catalog of Theses and Dissertation of Capes, in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), with the chronological parameter between 2000 and 2023, linguistic parameter the Portuguese language and thematic parameter the pedagogical mediation with children with autism spectrum disorder in Early Childhood Education. It was found that the process of inclusion of children with autism spectrum disorder in early childhood education is a challenging task in Brazilian educational institutions, but this context is fundamental for this public to have the right to quality education for the exercise of citizenship. It was found that specialized educational assistance for people with disabilities should take place in the regular education network, with specialized conditions for the development of teaching and learning. The organization of the routine is very important for the child with autism spectrum disorder, so the teacher must plan well the activities that he will propose, considering the interest of the student, so that the pedagogical mediation has positive perspectives.

Keywords: Child education; inclusion; pedagogical mediation; autistic spectrum disorder.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	9
2.1 INCLUSÃO ESCOLAR.....	9
2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	14
2.3 A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	18
3 O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	21
4 PERCURSO METODOLÓGICO	26
4.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	27
4.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISES DOS DADOS	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
5.1 DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS.....	33
5.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre inclusão tem sido um assunto cada vez mais abordados por teóricos, profissionais da educação, organizações não governamentais, entre outras organizações que se interessam pelos processos de educação.

Inclusão no espaço educativo se refere ao ato de dar condições iguais, visando as particularidades de cada aluno, para que dentro das suas condições ele possa participar das ações pedagógicas e tenha possibilidades de se desenvolver. O professor enquanto mediador das práticas educativas tem o papel fundamental de oferecer condições inclusivas, por meio de atividades apropriadas para que as crianças com deficiência possam ter o direito à educação garantido no espaço educacional.

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral compreender a importância da mediação pedagógica para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. De forma específica, o estudo buscou, a saber: analisar o desenvolvimento de práticas educativas na Educação Infantil e averiguar como o professor pode desenvolver a mediação pedagógica para promover uma educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista, a partir de trabalhos científicos.

O tema se justifica pelo meu interesse em compreender melhor o universo do aluno com o transtorno do espectro autista (TEA) na Educação Infantil e a mediação pedagógica do professor, para entender as práticas relevantes dessa realidade.

O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratória e sistematizada. Para a sua realização, se baseou em Brasil (2012; 2015), Dutra (2014), Carvalho (2022), entre outros teóricos, na perspectiva de subsidiar teoricamente o estudo.

Diante do exposto, interrogou-se: como a mediação pedagógica pode ser desenvolvida para incluir as crianças com transtorno do espectro autista na Educação Infantil?

À criança com TEA precisa ser oportunizada propostas educativas que considere a sua realidade, os seus desejos e limitações. Por meio da mediação pedagógica o professor pode conhecer melhor o seu universo, para que possa oferecer atividades acessíveis, de acordo com o seu interesse.

Neste trabalho, tratou-se, além disso, sobre os marcos legais sobre as perspectivas de uma educação inclusiva, para o conhecimento das legislações que garantem o direito educacional das crianças com TEA.

Ressalta-se o papel do professor no desenvolvimento da criança com transtorno do espectro autista e destaca-se como ocorre o processo de mediação pedagógica para inclusão do aluno com TEA na Educação Infantil.

2 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo será abordado a perspectiva inclusiva, no universo do espaço escolar, mediante as crianças com TEA na Educação Infantil. Será apresentado conceitos e destaques das principais legislações que garantem esse direito no Brasil.

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR

A escola é um espaço repleto de diversidade, por isso que cada vez mais tem sido palco de discussões, a respeito da necessidade de ser acolhedora, compreendendo a individualidade dos indivíduos. Contudo, para que essa realidade seja possível, o âmbito escolar precisa desenvolver um trabalho pedagógico em uma perspectiva inclusiva, para que todos se sintam parte deste universo educacional e dentro de suas condições e particularidades possam se desenvolver.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 208, deixou claro que a rede regular de ensino deve garantir atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência. Dessa forma, a legislação maior do nosso país serviu como base para o surgimento de outras legislações e adaptações curriculares, para concretizar um trabalho efetivo na escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) informaram que a inclusão está relacionada ao processo de acolhida da diversidade humana, esse contexto considera a particularidade dos indivíduos, suas devidas necessidades e a garantia de direitos, ou seja, cada um, dentro das suas possibilidades, precisa ter as mesmas condições de acesso educacional, cultural e demais vivências sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no título III, art. 4º, inciso III, garante a educação inclusiva na rede regular de ensino, dispondo de: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1996).

Esse acolhimento nas escolas não depende apenas da existência de legislações, assim, para que se efetivem propostas de ensino inclusivas é essencial a formação dos professores e sua preparação no intuito de desenvolver um trabalho apropriado a realidade dos educandos. Os educadores precisam de conhecimentos adequados para desenvolver aulas que se adequem a realidade dos estudantes.

A LDB, no seu Capítulo V, artigo 59 destacou:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Condições de aprendizagens devem ser criadas a fim de atender os referidos públicos. A escola não é um espaço homogêneo, nele se encontram uma diversidade de perfis, por isso que o planejamento escolar e pedagógico deve estar atento a essa realidade. Crianças e jovens possuem direitos de aprendizagens garantidos por legislações oficiais, sendo assim cabe aos profissionais da educação se preparar para atender da maneira mais adequada possível os diferentes tipos de público.

A Declaração de Salamanca é um documento criado em 1994 e até os dias atuais é referência sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais. A partir de sua elaboração, ajudou a nortear o trabalho das escolas, no intuito de desenvolver ações escolares que estivessem de acordo com as necessidades apresentadas pelas crianças (UNESCO, 1994).

O documento expressa que a educação deve ser oportunizada a todos, com a criação de condições que sejam adequadas as necessidades de cada aluno, garantindo assim o seu acesso à cidadania. Nesse sentido, o referido destacou:

Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. (UNESCO, 1994, p. 3-4).

Tornar a escola um espaço inclusivo é um grande desafio, pois todas as ações desenvolvidas pelo espaço educativo, tais como Currículo, Projeto Político Pedagógico, Plano de ação e outros elementos que fazem parte do fazer pedagógico precisam ser pensados para o

atendimento da diversidade, cada educando precisa ter condições adequadas de aprendizado, para que possa ter uma aprendizagem significativa.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) norteou as práticas escolares em todo o Brasil, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com estratégias pedagógicas adequadas, recursos apropriados e profissionais capacitados para atender a diversidade do público em idade escolar que apresente algum tipo de deficiência.

No pensamento de Picolli (2010), debates sobre inclusão envolve toda a sociedade, pois o mundo é diverso e essa discussão envolve a todos. A compreensão das individualidades deve ser externada por toda a comunidade, para que o respeito às diferenças seja vivenciado não só no âmbito escolar, mas na vida cotidiana.

Incluir é um papel de toda a sociedade e o respeito mútuo mostra que os princípios éticos fortalecem a relação dos seres humanos. A educação ultrapassa os muros da escola, portanto ela tem o papel de agir democraticamente em favor do acesso à cidadania, garantido na Constituição Federal (1988) e demais legislações que garante um ensino que se adeque as condições de aprendizagem dos alunos.

Na visão de Picolli (2010), inclusão tem a ver com um ambiente educacional onde todos tenham a garantia de receber propostas de ensino que se adequem as suas habilidades e condições de aprender, com a participação efetiva dos professores e toda a comunidade escolar.

Quando a escola propõe um ensino diferenciado para atender necessidades específicas, está se comprometendo com uma pedagogia de conquistas, que leva o aluno a ser promovido, dentro das diferenças com protagonismo.

Para que a educação apresente uma perspectiva inclusiva é fundamental compreender que os indivíduos apresentam diferenças e flexibilizações são necessárias para atender as particularidades que tornam a escola um espaço tão diverso. O ritmo da aprendizagem deve ser respeitado, de acordo com as deficiências, transtornos, patologias e demais especificidades que o educando possa apresentar (UNESCO, 1994).

É papel da escola conhecer profundamente seu público, para que possa apropriadamente se adequar as necessidades apresentadas pelos alunos, buscando assim oferecer uma educação de qualidade.

O sentido do termo inclusão deve ser mais bem compreendido, incluir não é apenas receber o aluno, não é um fazer obrigatório, mas está relacionado com as práticas adequadas diante das necessidades, respeitando os direitos humanos. Crianças com deficiências psicológicas, físicas, transtornos, patologias, entre outras especificidades, devem conviver em um ambiente escolar acolhedor, que seja acessível, desde ao espaço físico, quanto às práticas

educacionais (WEIZENMANN; PEZZI *et al.*, 2020).

Para que as crianças que apresentem algum tipo de deficiência sejam incluídas, se faz necessário um conjunto de ações, pensados de maneira coletiva por todos que na escola se encontram. A interação com a família também é fundamental para que o trabalho inclusivo desenvolvido pela escola possa ser efetivado na vida do aluno.

2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A inclusão no espaço da Educação Infantil tem sido palco de inúmeras discussões. Muitas vezes, a efetiva inclusão não acontece devidamente na prática, pois incluir não é apenas receber o aluno, mas criar possibilidades de aprendizagem, com as devidas modificações no currículo, na prática pedagógica e nas estruturas físicas na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) no capítulo II da Educação Básica, seção II informou sobre a composição da Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 11).

Na Educação Infantil, o atendimento das crianças de 0 a 3 anos deve ocorrer em creches e de 4 a 5 anos e 11 meses na pré-escola; trata-se da primeira etapa da educação básica e seu objetivo é o desenvolvimento integral da criança.

No tocante as propostas pedagógicas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) norteia o trabalho pedagógico com esse público:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1).

As Diretrizes apresentam princípios fundamentais para a prática de ensino na Educação Infantil, as propostas pedagógicas são norteadas a serem desenvolvidas considerando os aspectos éticos, políticos e estéticos, no intuito de oportunizar o desenvolvimento integral dos pequenos.

Podemos verificar a perspectiva inclusiva no documento, quando ele dispõe acerca do desenvolvimento dos aspectos “Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e

do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.” (BRASIL, 2010, p. 16).

A valorização dos indivíduos por meio das singularidades é destacada, percebe-se que a primeira etapa da educação básica busca favorecer uma educação para todos, com oportunidades iguais, em meio às diferenças.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) apresenta seis direitos de aprendizagem: brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se. Esses direitos são fundamentais para o desenvolvimento dos pequenos. Por meio do brincar, as crianças participam de interações coletivas e participam de experiências grupais que a conectam com o ambiente.

O direito de participar deixa claro, que tanto as situações de brincadeira, quanto as de atividades precisam estar acessíveis para garantia do direito às vivências realizadas na escola.

Para Dutra (2014), é necessária a construção de novas práticas de ensino, que considerem o diferente, entendendo que âmbito escolar é diverso, heterogêneo e a individualidade de cada educando precisa ser valorizada.

Cabem as escolas conhecer melhor o seu público, pois o ensino é um ato intencional e deve ser pautado em necessidades reais que estão presentes na vida das crianças.

Historicamente as práticas de ensino foram excludentes, pois as ações pedagógicas eram pensadas de forma global, sem considerar as necessidades das crianças com deficiência e demais particularidades, repensar o ato pedagógico é fundamental para garantir os direitos de aprendizagens adequadamente.

O mapeamento das dificuldades apresentadas pelas crianças deve ser realizado pela escola, em todo o desenvolvimento do ensino, dessa forma por meio das avaliações constantes, as instituições de ensino possuirão bases para direcionar o trabalho pedagógico, pois este deve estar de acordo com o que a criança precisa desenvolver (DUTRA, 2014).

Não existe um trabalho pronto, por meio da ação-reflexão-ação é que o processo de ensino pode ser construído, a perspectiva deve ser sempre valorizar cada personalidade que na escola se encontre, para a propagação do respeito a partir da diversidade.

Colaborando com esse pensamento, Dutra (2014, p.14-15) mencionou:

Uma Educação Inclusiva significa oferecer oportunidades equitativas a todos os alunos, incluindo também aqueles com deficiências severas, e para a realização desse atendimento especial relacionado à sua especificidade, devendo ser levado em consideração vários aspectos, tais como: idade, localidade, etc., com intuito de prepará-los para uma vida digna e participativa na sociedade vigente.

Não há uma técnica específica para o desenvolvimento da inclusão, mas principalmente na Educação Infantil é de extrema importância que os laços pedagógicos sejam formulados com base na confiança e quando as crianças fazem parte de um ambiente acolhedor, o vínculo com a escola se torna uma realidade.

Dutra (2014, p.18) afirmou que:

Inclusão implica comprometimento e planejamento de políticas públicas, da comunidade escolar e da família, que possam disponibilizar oportunidades de aprendizagem, entendendo-se como uma forma heterogênea de educação, adequada à singularidade de cada criança. Para incluir um aluno com necessidades especiais em um ambiente escolar, seria preciso entender que a escola é um lugar repleto de diferenças, [...].

O trabalho deve ser pautado no respeito às diferenças, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo assim precisa ter seu currículo acessível, pois desde pequenas as crianças devem ser propiciadas a fazer parte de um ambiente que valorize as individualidades, para que assim possam sentir o devido acolhimento, podendo assim se desenvolver.

Conforme Pinto (2017), os espaços sociais devem criar meios para a criança se desenvolver, a escola enquanto ambiente de interações deve buscar desenvolver uma pedagogia que acolha o diferente e faça-o se sentir importante e pertencente à escola. Os pequenos precisam de muito afeto nas interações, para que se sintam valorizados. “Mudanças também serão necessárias para a promoção da acessibilidade ao espaço físico, tais como: a criação de rampas, elevadores, sinalizações sonoras ou com texturas, banheiros, dentre outros recursos adaptados.” (PINTO, 2017, p. 16).

São nos primeiros anos de vida que devem ocorrer os estímulos de linguagem, cognição, psicomotricidade e demais aspectos relacionados ao desenvolvimento humano. A Educação Infantil é o momento propício para que esse trabalho seja desenvolvido, cabe a equipe pedagógica planejar ações de ensino que torne a criança protagonista desse processo, por meio de atividades diferenciadas, quando necessário, para favorecer uma aprendizagem significativa e diversa.

Contudo, não basta apenas receber a criança na escola, um trabalho inclusivo é possível quando o currículo escolar, a prática pedagógica e a interação com a criança se complementam, visando promover uma educação para a diversidade, com planejamentos, atividades direcionadas e avaliações constantes sobre o fazer pedagógico, pensado para promover educação com equidade.

Para trabalhar com a diversidade é necessário compreendê-la, por isso é fundamental

profissionais capacitados para desenvolver um trabalho que venha trazer desenvolvimento para pessoas com deficiência existentes na sala de aula, transtornos e outras características que se apresentam no meio escolar (BATISTA, 2006).

A escola precisa garantir boas estruturas físicas para que crianças com deficiência possam ter acessibilidade e assim frequentar as aulas sem nenhuma impossibilidade, tendo dessa forma o seu direito de ir e vir respeitado. As crianças com necessidades específicas devem ser incluídas efetivamente, cabe as instituições e ao profissional docente adequar as atividades de acordo com o nível de aprendizagem das crianças.

Cada educando pode construir o seu conhecimento, quando lhes são direcionadas situações pedagógicas que auxiliem o seu desenvolvimento, considerando que os indivíduos não aprendem da mesma forma, nem no mesmo ritmo. Mesmo com certas limitações, a criança tem o direito de ter acesso a uma educação de qualidade que busque sua emancipação, mesmo diante das adversidades.

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, formulando assim o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A legislação tem o objetivo de assegurar e promover de forma igualitária, a partir de condições acessíveis o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas que apresentem deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

O Art. 3º apresenta conceitos para aplicação da lei, sendo assim é possível destacar:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva; (BRASIL, 2015, p. 1).

As condições apresentadas revelam avanços referente ao processo de acessibilidade, tanto a espaços físicos, quanto ao uso de serviços presentes na sociedade. Essa realidade garante direitos iguais e mais cidadania para a pessoa com deficiência, desde a etapa da Educação Infantil.

O acesso à Tecnologia Assistiva também é garantido na lei, para que o processo de inclusão seja efetivamente realizado, sobretudo na realidade do mundo atual com os avanços digitais. A Lei nº 13.146/2015 também apresenta o conceito de Tecnologia Assistiva:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (BRASIL, 2015, p. 1).

O acesso e bom uso das tecnologias tem transformado o dia a dia das pessoas, esse contexto também deve ser garantido e efetivado para as pessoas que apresentam deficiência, pois os recursos, principalmente de Tecnologia Assistiva, podem facilitar o aprendizado e as escolas devem proporcionar o aprendizado dos alunos. Os sistemas de governo precisam equipar as escolas, para que estas tenham a referidas condições de ensino, para que se possa fazer valer o processo de inclusão. Nas instituições de Educação Infantil, brinquedos e brincadeiras também devem ser acessíveis para possibilitar o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Dentro do processo de inclusão no Brasil, um marco positivo ocorreu através da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A lei trouxe garantias de inclusão para o TEA, em diversos setores da sociedade, dessa forma trazendo dignidade e cidadania, a partir de direitos fundamentais para uma melhor qualidade de vida.

No Art. 3º, em parágrafo único é destacado “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.” (BRASIL, 2012).

Verifica-se que dentro do sistema regular de ensino, indivíduos com TEA possuem o direito a um acompanhante especializado, dentro da sala de aula, para que as estratégias didáticas sejam adequadas e tragam desenvolvimento para os alunos.

O estado possui a obrigação de fornecer acessibilidade e Tecnologia Assistiva, assim como apresenta a Lei nº 13.146/2015:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; [...] (BRASIL, 2015).

Diante dessa perspectiva, verifica-se que o comprometimento governamental é fundamental para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, que necessitam de condições iguais em seu dia a dia, para se desenvolver e ter o mínimo de dignidade humana.

2.3 A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O transtorno do espectro autista se refere a um dos transtornos do neurodesenvolvimento que geralmente pode ser observado a partir da infância. Suas características estão relacionadas ao comprometimento de domínios centrais, assim como explicaram Almeida e Mazete *et al.* (2018, p. 2):

1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses ou atividades. A partir da 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) em 2013, o rótulo diagnóstico TEA engloba o transtorno autista (autismo), a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, que apareciam como subtipos do transtorno global do desenvolvimento na edição anterior, DSM-IV. A síndrome de Rett não pertence mais à mesma categoria diagnóstica, mas é uma das causas genéticas do TEA.

Uma das características mais presentes no indivíduo com TEA é a dificuldade na interação social, pois verifica-se que estas pessoas podem não se sentir confortáveis em ambientes coletivos, tendo também objeção a compreender o sentimento de trocas, regras sociais e outras questões que envolvem trocas diretas com o outro.

Crianças com o transtorno do espectro autista podem apresentar dificuldade na comunicação não verbal, são observados, por exemplo, ausência de expressões faciais, gesticulais, tais como cumprimentos, sorrisos, afetividade por meio de gestos. Quanto à comunicação verbal, a linguagem pode não demonstrar muito comprometimento, e se

estimulada, os comprometimentos são menores (ALMEIDA; MAZETE *et al.*, 2018).

Com relação às situações de brincadeiras, crianças com TEA podem demonstrar falta de ludicidade no ato de brincar, sendo assim preferem a realização de atos repetitivos, muitos desses, realizados com movimentos e objetos. Brincadeiras coletivas é uma grande dificuldade para esse público, quando estão dispostos a participar, geralmente é devido a um interesse em particular (ALMEIDA; MAZETE *et al.*, 2018).

Almeida e Mazete *et al.* (2018) expressaram que devido à dificuldade de relacionamento, as crianças com TEA tendem a se isolar em um determinado espaço. No espaço escolar, esse contexto as deixa em situações muito expostas com relação aos colegas e práticas de *bullying* podem surgir.

Outro aspecto a ser considerado é que a teoria da mente está inserida na cognição, e as crianças com TEA tem esse fator prejudicado, sendo assim a capacidade de se autoapresentar, imaginar e compreender torna-se um desafio para elas.

São muitos os sintomas que podem ser observados no espectro, mas uma característica comum é o déficit que envolve a coordenação motora, esta apresenta dificuldade no movimento de coordenação fina e por isso o manuseio de pequenos objetos e até mesmo o desenvolvimento da escrita são situações desafiadoras (WEIZENMANN; PEZZI, 2020).

Esses sintomas são observados na primeira infância, as dificuldades na coordenação estão entre as situações mais relatadas pelas famílias e professores.

Almeida e Mazete *et al.* (2018, p. 1) também trouxeram informações sobre o padrão de comportamento, de interesses e atividades:

- Discurso repetitivo comum ou a repetição de perguntas feitas ao indivíduo (ecolalia) – pode ser imediata ou após a criança ter ouvido uma frase de televisão ou ter memorizado alguma conversa.
- Movimentos estereotipados, que ocorrem sempre que a criança está empolgada ou chateada, como sacudir as mãos, bater palmas, correr sem um objetivo, balançar o tronco, pedalar, ranger os dentes, andar na ponta dos pés, assumir posturas desconfortáveis e estranhas ou repetir ações como abrir e fechar a porta ou acender e apagar a luz etc.
- Reação exagerada ou diminuída a dor ou temperatura.
- Interesse intenso por alguns estímulos ao redor, como luzes, padrões e movimentos. Rigidez extrema ou rituais relacionados com cheiros, texturas e aparência da comida são comuns e podem causar restrição alimentar excessiva.

Essas características descritas são observadas nos primeiros anos de vida, mas muitas vezes após uma progressão de linguagem e comportamento, pode haver também uma regressão expressiva, que será notada após os 6 meses de idade.

De acordo com Melo (2007), não é qualquer profissional na área da saúde que tem as

devidas competências para diagnosticar o autismo, este deve ser realizado por um profissional especializado. São habilitados para esse contexto um médico neuropediatra ou um psiquiatra que tenha especialização em TEA.

Considerando o exposto, nota-se que no ambiente escolar, muitas vezes os professores identificam esse comportamento, mas vale ressaltar que os profissionais da educação não estão aptos a fazer um diagnóstico. Portanto, cabe apenas desenvolver relatórios sobre suas observações referentes ao comportamento, interação e desenvolvimento, nos seus diversos aspectos, das crianças.

Com relação ao diagnóstico, são necessárias algumas etapas, nas avaliações são consideradas: comportamento, interação social e comunicação. Essas são características comuns no processo de diagnóstico do TEA (MELO, 2007).

Em apenas um contato com o indivíduo não é possível diagnosticar com total certeza se a criança possui o TEA, por isso é necessário um processo de várias consultas, para que a conclusão do diagnóstico não seja errônea.

Oliveira (2016) trouxe informações relevantes sobre estudos recentes sobre o TEA:

Pesquisas mais recente demonstram uma série de fatores que justificam toda essa dificuldade de comunicação e interação das pessoas com TEA. Dados mostram que as estruturas cerebrais apresentam sintomas bem diferenciados de uma pessoa com TEA para uma pessoa que não possui TEA. Segundo pesquisa, os neurônios (células nervosas) das pessoas com TEA estariam com seu funcionamento comprometido. (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

Na visão de Silva *et al.* (2012), uma das dificuldades que prejudica a interação social da criança com TEA é a dificuldade desvendar intenções, sensações, emoções e atitudes das pessoas, fato que gera uma falta de estabelecimento de vínculo, devido à ausência de confiabilidade. Para estabelecer proximidade com o outro, o indivíduo com TEA pode necessitar de um longo processo de adaptação, para que se sinta seguro na relação.

Como a criança com TEA pode ter dificuldades em realizar tarefas, algo que lhe ajuda são os estabelecimentos de rotinas, pois, como é acostumado a realizar atos repetitivos, a organização sequencial de tarefas ajuda-a a melhor organizar a mente (SILVA *et al.*, 2012).

Por meio das rotinas, o pensamento desorganizado da criança com TEA passa a compreender melhor os comandos estabelecidos em uma rotina, e quando a realiza diariamente, seu nível de confiança no desenvolvimento de tarefas evolui.

Crianças com TEA podem ser detalhistas, se apegar a pequenas verificações que podem fazer, de acordo com seus interesses particulares, assim sendo podem apresentar grandes dificuldades na compreensão total de um contexto real (SILVA *et al.*, 2012).

Por não compreender o contexto global das situações, a criança com TEA acaba tendo dificuldade de diferenciar uma situação com sentido figurado do literal, para elas, o literal será sempre o verídico, devido a essa dificuldade de interpretação.

Ajudar as crianças com TEA a manter a rotina organizada, implica na contribuição da melhoria da sua qualidade de vida, visto que essa estratégia facilita a organização do pensamento.

Conforme a Nota técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECAD/DPEE – SEB/DICEI as práticas inclusivas na Educação Infantil, a partir do Atendimento Educacional Especializado deve priorizar jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, pois são princípios que estimulam o desenvolvimento da criança, através de atividades de vivências grupais, por meio dos processos de interações.

O espaço e as brincadeiras devem ser adequados, para fortalecer as atividades propiciadas, por meio de estratégias pedagógicas que estimulem a participação das crianças com deficiências e a interação com todos do espaço educativo.

Quando as crianças são instigadas a resolver problemas, por meio do brincar, podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de compreender e interpretar o mundo que a cerca. Como as crianças sem deficiência, as crianças com deficiência também aprendem se tiverem a oportunidade de interagir e se desafiar. Em ambientes inclusivos, ricos e estimulando, todas as crianças são fortemente beneficiadas em seu processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2015).

Todos os espaços das instituições devem estar preparados para receber as crianças com deficiência, ambientes de lazer como brinquedotecas, bibliotecas, espaço de interações, parques, entre outros, devem ser pensados de forma estratégica para uso dos educandos.

3 O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Neste capítulo, apresentaremos o contexto do papel do professor, por meio da mediação pedagógica, mostrando como esta ocorre na prática, visando a perspectiva inclusiva, com crianças com TEA, na Educação Infantil.

A mediação pedagógica é um elemento fundamental dentro do espaço escolar, para o desenvolvimento de um processo significativo, referente ao ensino/aprendizagem. Vygotsky (1999) ressaltou que o desenvolvimento cognitivo tem a ver com as interações sociais, por meio de funções mentais. A sala de aula é palco de muita comunicação e a forma como ela ocorre se relaciona diretamente com o aprendizado do aluno, pois este precisa sentir confiabilidade para que possa se desenvolver.

Boas relações sociais facilita o processo de comunicação e o professor torna-se um agente transformador, conquistando o aluno para o processo educativo. Este fazer envolve afeto e muita sensibilidade, principalmente quando se trata de crianças com TEA, que necessitam de uma atenção diferenciada.

Historicamente, a construção nas relações sociais e culturais se deram por meio da mediação, com base na troca de vivências entre os indivíduos, essa interatividade fortalece vínculos e gera conhecimento (VYGOTSKY, 1999).

As funções mentais superiores, estudadas pelo referido teórico ressalta que as interações sociais fazem a criança despertar sentidos por meio de processos internalizados, sendo assim ela aprende conforme acontece a comunicação.

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas e seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente de crianças. (VIGOTSKI, 1999, p. 118).

A mediação pedagógica do professor é uma tarefa muito importante para que a interação com a criança que apresente o TEA ocorra de forma planejada, com ações acessíveis as suas necessidades.

Segundo Oliveira (2016), os professores precisam conhecer as estratégias pedagógicas que atenda a criança com TEA. Conhecer esse público é uma tarefa muito desafiadora e o profissional docente deve ter relações estreitas com as famílias, para que possa ser auxiliado

no reconhecimento do perfil do educando.

Através da avaliação do perfil do aluno, o docente tem a possibilidade de se aproximar dos desejos da criança com TEA, para que possa desenvolver ações pedagógicas que sejam propícias ao seu interesse, gerando assim, a efetivação da inclusão. Com relação a esse processo inclusivo, Oliveira (2016, p. 30) destacou:

Desse modo, a inclusão da pessoa com TEA precisa ser compreendida na mesma direção. A inclusão do estudante com TEA pressupõe um processo que socializa, interage e desenvolve todas as habilidades do indivíduo, respeitando suas particularidades. Assim, esse processo de inserir as crianças com TEA dentro das salas regulares de ensino traz uma quebra de paradigma para as escolas conservadoras e tradicionais.

Mesmo com as características de isolamento, a criança com TEA tem muitas possibilidades de desenvolver suas capacidades e habilidades, o profissional docente deve estar atento para que dentro da proposta da aula tenha uma atividade, adaptada, quando necessária, para o educando. Todas as situações de aprendizagem devem estar acessíveis às crianças.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) ressaltou a necessidade da adaptação dos currículos para nortear as práticas escolares. As crianças devem receber total apoio, a equipe pedagógica deve estar atenta ao planejamento necessário para atender a realidade.

Além disso, os recursos educacionais devem estar disponíveis para dar qualidade ao desenvolvimento da aula e consequentemente a aprendizagem das crianças.

O espaço escolar é um ambiente de muita interação, esse fator se faz muito positivo para a criança com TEA, pois as vivências coletivas ajudarão no processo de aprendizagem das crianças, melhorando o desenvolvimento da linguagem e comunicação social.

No entendimento de Cavaco (2018), o processo de inclusão busca valorizar as diversas aprendizagens dentro do contexto escolar, para tanto é necessário tanto o compromisso da escola, quanto o familiar e da sociedade em geral, pois essa temática se estende a todos os indivíduos que fazem parte da sociedade.

O professor deve desenvolver um trabalho que leve a criança a ser protagonista, desenvolvendo, dentro das suas limitações a autonomia, portanto deve receber estímulos para que sua evolução ocorra. Cada avanço que a criança com TEA consegue é uma grande conquista.

Na sala de aula o professor deve estimular muito a afetividade, pois ela tem um papel de estreitar os laços entre os indivíduos, na Educação Infantil esse deve ser um aspecto trabalhado diariamente, por meio de atividades, dinâmicas e todas as propostas educacionais (CARVALHO, 2014).

A criança com TEA pode ter muita dificuldade de relacionamento e o trabalho com afetividade tem o papel de trabalhar as emoções, que também é um aspecto desafiador para esse público. Envolver a criança com TEA por meio de situações acessíveis é uma tarefa que exige persistência, mas o importante são as evoluções durante o processo. Carvalho (2014, p.13) informou que:

[...] a afetividade é um sentimento que se baseia na confiança, no carinho, no respeito e na admiração mútua. Um ambiente com essas características torna-se mais leve e prazeroso. Por outro lado, a ausência desse sentimento resulta em problemáticas que faz com que a criança não se sinta bem, se torne negativa e não queira evoluir

Afetividade tem a ver com estabelecimento de vínculo, de forma cuidadosa, respeitando os direitos fundamentais da criança, com ações pedagógicas lúdicas que fortaleça a relação professor-aluno.

A organização do espaço da sala de aula é muito importante, bem como recursos que sejam adequados com o público da Educação Infantil e especificamente, crianças com TEA. Para que os pequenos aprendam a conviver e interagir, eles precisam de um ambiente lúdico, com rotinas direcionadas a faixa etária (CARVALHO, 2014).

O ensino nesse espaço deve ocorrer de forma afetuosa, com propostas lúdicas baseadas em jogos e brincadeiras, que proporcionem todos a participar e se desenvolver. Essa estratégia pedagógica facilita a compreensão das crianças de maneira prazerosa.

Conforme Piaget (1971), jogos e brincadeiras fazem parte da linguagem infantil, as propostas de ensino não devem ser aleatórias, elas precisam ter fins didáticos e pedagógicos, ou seja, deve haver uma intencionalidade nas atividades desenvolvidas. Quando a criança brinca, ela é oportunizada a se relacionar com o mundo e o conhecimento é construído por meio de experiências significativas.

A criança precisa interagir com o meio, e para que a aprendizagem aconteça é preciso que ela passe por dois processos que seria o de assimilação e o de adaptação. Assimilação é o processo interno que absorve as informações e as conecta com experiências vivenciadas, havendo comparações que provoca uma desestabilização no pensamento, por acontecer à entrada de novos conhecimentos. E adaptação, seria a acomodação dessas informações processadas, portanto, seria o processo da efetivação da aprendizagem que causa o equilíbrio das informações assimiladas. (PIAGET, 1971, p. 48-49).

As intervenções pedagógicas devem ser desafiadoras, além da assistência é fundamental um trabalho que se baseie na legislação atual para a Educação Infantil, para que os direitos de aprendizagens sejam garantidos.

No entendimento de Rosa e Prado *et al.* (2017), garantir práticas pedagógicas que sejam eficientes diante do trabalho com a criança com TEA depende muito do professor, pois ele deve ter qualificação adequada para trabalhar com esse tipo de público. Propostas eficientes de ensino são concretizadas quando o professor compreende que sua sala de aula é diversa e para cada perfil se exige um ensino direcionado.

O professor deve buscar sempre se atualizar e as Secretarias de Educação deve complementar esse aprendizado, propondo formações continuadas, para que o profissional docente esteja sempre preparado com situações desafiadoras na sua prática de ensino.

Para Santos *et al.* (2013) as salas de aula devem ter o número de matriculados reduzido, essa estratégia facilita o trabalho do professor, que terá mais tempo para acompanhar de forma mais adequada a criança com TEA. Manter a rotina da sala de aula também é um fator essencial, pois estas crianças podem ter dificuldades com regras, sendo assim a rotina ajuda-as a compreender os momentos das atividades.

Não há uma fórmula para trabalhar com a criança com TEA, a relação com o professor e os colegas será construída dia após dia, com muito cuidado, paciência e carinho. A mediação pedagógica necessita conseguir estimular o percurso do aprendizado e desenvolver uma educação emancipatória, dentro das condições de cada um.

Ilustrações facilitam o aprendizado da criança com TEA, por isso suas atividades devem ser repletas de figuras e estas devem se relacionar com o seu cotidiano. As situações de aprendizagem precisam oferecer sentido para os pequenos, e inserir contextos presentes no dia a dia faz com que a assimilação seja mais fácil, sendo assim o conhecimento se constrói com mais significado.

A criança com TEA constrói seu conhecimento de maneira muito gradativa, o professor nesse processo deve buscar uma constante interação, para que a comunicação aconteça. O educando deve ser avaliado quanto ao grau de TEA, pois para cada estágio existem propostas educacionais diferentes (SANTOS, 2008).

O educador deve estar buscando diariamente conhecer a criança com TEA, pois quanto mais conhece, mais facilitado será esse processo educacional.

A mediação pedagógica do professor também deve ocorrer com as demais crianças da sala, o profissional também deve buscar formas de facilitar a comunicação entre a criança com TEA e os demais colegas. É necessário preparar toda a turma para conviver, dentro da rotina, com o comportamento e interagir com a criança com TEA (SANTOS, 2008).

A turma também precisa ser estimulada a interagir com esse público e será papel do professor desvendar formas para que essa comunicação aconteça. Esse fazer pedagógico é baseado no respeito às diferenças, contexto que deve ser trabalhado desde a Educação Infantil.

“É importante que o professor procure conhecer as características e dificuldades desse transtorno, pois ele só será capaz de planejar a partir de suas experiências e conveniências com as crianças, assim não haverá risco dessas crianças serem prejudicadas e discriminadas.” (OLIVEIRA, 2019, p. 29).

O profissional docente precisa avaliar constantemente os progressos da criança com TEA, e junto com a família, a cada passo, criar novas possibilidades de desenvolvimento. Um ambiente inclusivo depende da união entre escola, família e sociedade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e sistematizada, para um conhecimento teórico sobre distintos pontos de vista, bem como resultados de estudos que tratam da temática abordada, referente à mediação pedagógica para a inclusão da criança com TEA na Educação Infantil.

O referido tipo de pesquisa contribui com diferentes análises sobre uma determinada temática, sempre observando o leque de contribuições a respeito de propostas de soluções sobre um tema em estudo.

No entendimento de Minayo (1994), a pesquisa bibliográfica busca entender a realidade, da maneira mais próxima possível, através de investigações selecionadas e direcionadas, considerando a prática teórica organizada de acordo com o objeto de estudo para que o conhecimento seja direcionado.

Contribuindo sobre perspectivas relacionadas ao estudo bibliográfico, Gil (2002, p. 24) informou que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. A partir dos conhecimentos que os autores expuseram é possível o desenvolvimento de análises sobre o tema investigado, por isso realizar uma vasta pesquisa traz contribuições favoráveis ao estudo.

A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer diferentes realidades, e os variados posicionamentos dos teóricos contribuem com análises críticas e sistemáticas sobre a abordagem.

Minayo (2001) afirmou que o processo da pesquisa científica implica construção de narrativas, baseadas na realidade e os dados apresentados podem ser apreciados de maneira qualitativa, considerando contextos verídicos sobre o objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica precisa seguir critérios, que norteiem o desenvolvimento do estudo para que assim este repasse confiabilidade, através de resultados satisfatórios.

Considerando o exposto, percebe-se que o caráter exploratório inserido no contexto da revisão da literatura apresenta a necessidade de manter clareza e objetividade das informações, para que estas se revelem notórias e plausíveis.

A pesquisa bibliográfica pode desenvolver apontamentos técnicos e qualitativos, sendo assim, deve ser bem diversa, com uma grande variedade de autores com o intuito de oportunizar ao pesquisador um vasto banco de informações para que sua análise de dados seja satisfatória.

Treinta e Farias Filho *et al.* (2014, p. 1) relataram que:

Dessa forma, cabe ao pesquisador estabelecer uma estratégia de pesquisa bibliográfica que tanto facilite a identificação dos principais trabalhos em meio a uma quantidade grande de possibilidades que permeiam a produção científica mundial, como garanta a capacidade de estabelecer as fronteiras do conhecimento advindo dos achados científicos. Para tanto, o uso de uma metodologia de avaliação por meio de um estudo bibliométrico pode ajudar a equacionar esses dilemas.

Na pesquisa bibliográfica é fundamental o acesso a diferentes fontes de informação, mas estas devem estar de acordo com a temática em estudo, o pesquisador deve evitar confusões durante as etapas do percurso metodológico, bem como nas análises, pois este fazer pode comprometer os resultados de um longo processo de estudo.

Como é destacado neste estudo, a pesquisa bibliográfica precisa ser sistematizada e para isso ela deve seguir algumas etapas para a sua elaboração. Sendo assim, Lima e Miotto (2007) relataram que é preciso formar uma estrutura metodológica, através de alguns procedimentos, inicialmente com o estudo de dados e informações através de fontes confiáveis, sites acadêmicos, teóricos com destaques em suas pesquisas, periódicos especializados, livros, dissertações, entre outros aportes que possam subsidiar o trabalho.

Nesse sentido, o pesquisador precisa ser bem seletivo e escolher literaturas que sejam adequadas ao seu objeto de estudo, para que a sua pesquisa seja uma fonte confiável de dados e demais informações.

As autoras ainda complementaram que enquanto bibliográfica, a pesquisa precisa definir bem o seu problema, o pesquisador deve ter claro o que busca estudar, para que pense em possíveis resoluções de problemas, por meio de seus estudos.

Verifica-se que será papel do pesquisador ter cuidado na hora das análises de dados, para que equívocos não possam ocorrer, por isso a criticidade na hora de realizar uma análise.

4.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Vários aspectos são relevantes durante o percurso da pesquisa, assim como destacou Nunes (2004), que informaram sobre a importância de durante o desenvolvimento da pesquisa ser fiel aos objetivos que o estudo teórico estabeleceu. Essa estratégia é fundamental para que não ocorram surpresas nos apontamentos do estudo e o pesquisador não comprometa toda a sua investigação.

Para a seleção da bibliografia, critérios podem ser estabelecidos para dar subsídio à coleta de dados, a saber:

- a) o parâmetro temático – as obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo

com os temas que lhe são correlatos; b) o parâmetro lingüístico – obras nos idiomas português, inglês, espanhol, etc.; c) as principais fontes que se pretende consultar – livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos, etc.; d) o parâmetro cronológico de publicação – para seleção das obras que comporão o universo a ser pesquisado, definindo o período a ser pesquisado. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Assim, a partir das reflexões sobre os aspectos teóricos-metodológicos, foi realizada a coleta de dados e estes foram coletados por meio de dissertações, teses e artigos científicos, publicados na Biblioteca e Banco de Dados da Capes, no acervo da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os textos selecionados corresponderam ao período entre 2000 e 2023.

Os textos foram selecionados nos padrões linguísticos da Língua Portuguesa, a partir dos termos entre e sem aspas: mediação pedagógica, inclusão da criança com transtorno do espectro autista e inclusão da criança com autismo. Os achados científicos que tinham o título que abordasse a temática em estudo foram selecionados, e posteriormente foram feitas leituras e análises.

A pesquisa foi sistematizada, seguindo critérios referente a conceituação sobre a respeito da mediação pedagógica e como ela deve ocorrer diante do trabalho com crianças que apresentem o transtorno do espectro autista.

4.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISES DOS DADOS

Após a coleta de dados foram criados quadros com os achados da pesquisa, destacando as relevantes informações, como os termos pesquisados, tipo de trabalho, título da pesquisa, autores e ano de publicação. Em seguida, os trabalhos científicos foram descritos e analisados qualitativamente, por meio de uma Síntese Integradora.

No pensamento de Lima e Mioto (2007), o produto final de um processo de uma pesquisa ocorre através de uma Síntese Integradora e sobre essa realidade os autores ressaltaram:

Síntese integradora – é o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos. Compreende as atividades relacionadas à apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese. É o momento de conexão com o material de estudo, para leitura, anotações, indagações e explorações, cuja finalidade consiste na reflexão e na proposição de soluções. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Esta síntese permite o investigador olhar para o seu estudo de forma global, verificando as entrelinhas para que fiquem coerentes e concisas, com resultados confiáveis. É de

responsabilidade do pesquisador ter pensamento organizado na hora de apresentar os seus resultados, pois eles precisam estar alinhados aos objetivos pré-estabelecidos, diante do objeto de estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste trabalho buscou-se compreender a importância da mediação pedagógica para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. Para o desenvolvimento dessa compreensão, foi necessário análises sobre o conceito de inclusão, marcos legais sobre essa perspectiva e o papel do professor, a partir da mediação pedagógica para incluir no ambiente educacional, na Educação Infantil, a criança com TEA.

No tocante a mediação pedagógica com a criança com transtorno do espectro autista na educação infantil, buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, no acervo da SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os textos selecionados corresponderam ao período entre 2000 e 2023. As buscas foram desenvolvidas através dos termos “mediação pedagógica”, “inclusão da criança com transtorno do espectro autista” e “inclusão da criança com autismo”, para verificar o resultado de estudos já realizados sobre a temática. Portanto, a seguir será apresentado os achados.

Na SciELO foram encontrados 28 artigos científicos com o termo “mediação pedagógica” entre aspas, no entanto apenas um artigo era a respeito da mediação pedagógica com crianças com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. Com o termo “inclusão da criança com transtorno do espectro autista” entre aspas não foi encontrado nenhum artigo, mas sem aspas foram encontrados seis artigos, mas nenhum com a temática deste trabalho. E por fim, com o termo “inclusão da criança com autismo” entre aspas também não foi encontrado nenhum artigo e sem aspas foram encontrados nove artigos, mas apenas um sobre a temática deste trabalho. Segue o quadro 1 com os dados dos resultados.

Quadro 1 - Quantitativo das pesquisas encontradas na plataforma SciELO

Termo	Tipo de trabalho	Título	Autores	Revista Científica	Ano de publicação
“Mediação Pedagógica”	Artigo Científico	Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo	CHICON, Francisco José <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Ciência e Esporte	2019
Inclusão da criança com autismo	Artigo Científico	Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise	FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque;	Revista Brasileira de Educação Especial	2008

		do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada	CUNHA, Ana Cristina Barros da.		
--	--	--	--------------------------------	--	--

Fonte: produção própria.

Já no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, com o termo “mediação pedagógica” entre aspas, filtrando a área de conhecimento Educação, foram encontradas 314 teses e dissertações e apenas uma dissertação era sobre a temática abordada nesta pesquisa. Ainda filtrando a área de conhecimento Educação, com o termo “inclusão da criança com transtorno do espectro autista” foram encontrados 59855 trabalhos e com o termo “inclusão da criança com autismo” 33583. Diante do número elevado de trabalhos encontrados ficou inviável a seleção destes pelo tempo disponível para ser realizado este trabalho de conclusão de curso. Mesmo usando o operador booleano “and”, com os termos "mediação pedagógica" and “inclusão da criança com autismo” and "educação infantil" foram encontradas 57640 teses e dissertações e usando os termos "mediação pedagógica" and “inclusão da criança com transtorno do espectro autista” and "educação infantil" foram encontrados 60066 trabalhos. Segue o quadro 2 com os dados da dissertação encontrada com o termo “mediação pedagógica”.

Quadro 2 - Quantitativo das pesquisas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes

Termo	Tipo de Trabalho	Título	Autor	Ano de publicação
Mediação Pedagógica	Dissertação	A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil	CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti.	2011

Fonte: produção própria.

Por fim, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com o termo “mediação pedagógica” entre aspas, no tocante a área de conhecimento Educação, foram encontrados 139 trabalhos e entre estes apenas um se referia a temática desenvolvida neste estudo. Porém, este único achado é a mesma dissertação encontrada no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes. Seguindo a busca, por meio do termo “inclusão da criança com transtorno do espectro autista” foram verificados nove trabalhos, já com a definição “inclusão da criança com autismo” foram

encontradas 15 pesquisas. Dentre esses resultados, dois se relacionavam com a temática abordada neste estudo. Segue o quadro 3 com os dados dos resultados.

Quadro 3 - Quantitativo das pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Termo	Tipo de Trabalho	Título	Autor	Ano de publicação
Inclusão da Criança com o Transtorno do Espectro Autista	Dissertação	Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na Educação Infantil: o desafio da formação de professores	FERREIRA, Roberta Flávia Alves.	2017
Inclusão da Criança com o Transtorno do Espectro Autista	Dissertação	Interação e comunicação de crianças com o transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em aulas de educação Física infantil.	SILVA, Caetano Ubirajara da.	2020

Fonte: produção própria.

5.1 DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS

A primeira pesquisa apresentada no quadro 1, intitulada “Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo”, teve o objetivo de verificar os aspectos relacionais de uma criança com autismo na relação com outras crianças em situações de brincadeiras. Os autores desenvolveram uma pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, e então, 17 alunos com idade média de 3 anos foram observados em um Centro de Educação Infantil. Os dados para o estudo foram coletados através de uma observação participante. A pesquisa concluiu que a mediação pedagógica desenvolvida pelos adultos é o ponto chave para estimular a participação de crianças com TEA nas atividades. Por meio das experiências mediadoras os educandos foram favorecidos com brincadeiras entre os colegas de forma ativa, e assim passaram a participar do processo educativo (CHICON *et al.*, 2019).

No segundo estudo do quadro 1, a pesquisa com título “Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada”, objetivou realizar uma discussão sobre duas professoras e suas práticas com crianças com TEA na Educação Infantil. O estudo

foi desenvolvido a partir de entrevistas, fazendo uso da Escala de Avaliação da Experiência de Aprendizagem Mediada para avaliar o padrão de interação professor-aluno. A pesquisa verificou que o padrão de mediação que as professoras apresentaram foram distintos, nos principais elementos de mediação: Intencionalidade, Significação e Transcendência. A professora de número 1 apresentou o nível 1 para todos esses componentes, o que demonstrou a fragilidade no entendimento da docente quanto a temática e suas práticas interativas no ambiente da sala de aula, mediante a criança com TEA. Esta professora não apresentou ações que desenvolva a modificabilidade cognitiva estrutural da criança. Já a professora de número 2 apontou nível 3 de mediação em Intencionalidade; esse resultado deixou claro que essa docente possui maior compreensão sobre as formas de desenvolver estratégias didático/pedagógicas que favoreçam a inclusão da criança com TEA nas atividades. Dessa forma, o resultado da pesquisa deixou um alerta para a necessidade de formação de professores, para promover a qualificação profissional adequada, deixando assim as educadoras mais habilitadas para trabalhar com a perspectiva inclusiva na Educação Infantil (FARIAS; MARANHÃO; CUNHA, 2008).

No quadro 2, tem-se a exposição da pesquisa intitulada “A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil”. Por meio do estudo, a autora teve o objetivo de analisar o papel da mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo, compreendendo a mediação como processo de significação e constituição dessa criança na educação infantil, favorecendo a apropriação de práticas culturais historicamente delimitadas nesse espaço, no desenvolvimento da consciência de si e do outro. Foi desenvolvido um estudo de caso no Centro Municipal de Educação Infantil do município de Cariacica-ES. Os sujeitos da pesquisa foram crianças com o transtorno do espectro autista, as professoras e as demais crianças pertencentes à sala de aula. Os dados foram coletados através da observação participante, entrevistas e análise documental, com registro em diário de campo, videograções e fotos. Para a realização das análises dos dados, esse fazer foi apoiado na abordagem microgenética, no intuito de entender como ocorre os processos de desenvolvimento (CHIOTE, 2011).

A pesquisa citada concluiu que no princípio, as professoras desenvolviam sua atuação, baseadas em uma concepção de incapacidade e limitação que as crianças apresentavam. A mudança de concepção começou a ocorrer, quando foi solicitado inserir uma criança com TEA, em cada grupo, bem como uma reorganização da vivência coletiva, pensando melhor nos tempos e espaços, para que a criança com TEA tivesse a possibilidade de participar da dinâmica, dentro do seu contexto de aprendizado. Esse fazer foi orientado em outros momentos, tais como em práticas de interações escolares e culturais, para que aos poucos o isolamento característico dessa criança, fosse sendo rompido aos poucos. Diante desse processo, as professoras

gradativamente foram mudando seus olhares e concepções sobre o aluno com TEA, pois com direcionamentos e orientações passaram a compreender melhor o universo desse público e como a mediação pedagógica é fundamental para o seu desenvolvimento. O estudo concluiu que a mediação pedagógica favoreceu o desenvolvimento do aprendizado e laços de interações entre todos os indivíduos do ambiente (CHIOTE, 2011).

No quadro 3, tem-se inicialmente a pesquisa com o título “Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na Educação Infantil: o desafio da formação de professores”. O estudo teve o objetivo de analisar qual seria o melhor tipo de formação de professores, para qualificar bem os profissionais de educação, na perspectiva de desenvolver a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. A pesquisa foi desenvolvida na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), no município de Belo Horizonte. A metodologia adotada foi um levantamento bibliográfico e entrevistas, através de questionários, de forma coletiva. Foi constatado que as professoras compreendem que para o desenvolvimento da inclusão na educação infantil, é necessário a promoção de práticas de interação, entre todos os indivíduos no espaço escolar. Verificou-se também a necessidade de se ter mais aprofundamento ao tema, quanto às necessidades de aprendizagem da criança com TEA, os recursos e atividades mais apropriadas para o desenvolvimento dessa inclusão. As professoras demonstraram ainda, que não se sentem preparadas para desenvolver trabalhos relevantes de inclusão da criança com o transtorno do espectro autista, pois necessitam do conhecimento das particularidades que esse público apresenta. Portanto, foi concluído que para que essas práticas sejam eficientes e alcance a criança com TEA, é fundamental que sejam oferecidas formações continuadas a fim de qualificar os profissionais de ensino (FERREIRA, 2017).

No segundo trabalho intitulado “Interação e comunicação de crianças com o transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em aulas de Educação Física Infantil”, do quadro 3, a pesquisa teve o objetivo de analisar as formas possíveis e as dificuldades de intervenções lúdicas na pré-escola em aulas de educação física que privilegiam a interação e a comunicação de crianças que apresentam transtorno do espectro autista, sob o olhar da inclusão, numa perspectiva histórico-cultural. O estudo ocorreu de forma qualitativa, através de análise documental e roda de conversa por meio da comunicação aumentativa e alternativa (estimulação visual). Foram sujeitos da pesquisa três turmas de pré-escola, com cerca de 65 crianças entre cinco e seis anos de idade, cada sala pesquisada, continha pelo menos uma criança com TEA. A observação dos participantes também ocorreu através de registros audiovisuais e diário de campo. A pesquisa concluiu que os documentos norteadores da escola, a exemplo do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Curso da Educação Infantil apresentaram fragilidades na sua composição, com a presença de poucas atividades interativas e lúdicas, que são fundamentais na etapa da Educação

Infantil. Com relação ao papel do professor, tanto a visão documental quanto do docente, expressa o professor como um reproduzidor de conteúdos e não de um mediador. A pesquisa verificou fragilidades em propostas de atividades grupais, com a presença do lúdico e recursos para o desenvolvimento das atividades, principalmente para o desenvolvimento da inclusão de crianças com TEA a partir da mediação pedagógica do professor (SILVA, 2020).

5.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A mediação pedagógica traz grandes contribuições para o desenvolvimento da criança com o transtorno do espectro autista, pois dá condições para que o educando participe ativamente das atividades propostas em sala de aula, por meio de experiências no meio físico e social, onde as vivências estimulam esse envolvimento.

Vygotsky (1999) discutiu que o processo de aprendizagem ocorre por meio da mediação, pois ocorre a aquisição das funções superiores, sendo assim o autor informou que a mediação permite o desenvolvimento sócio interacional.

As estratégias de mediação pedagógica do professor efetivam a inclusão escolar das crianças com TEA, pois as dificuldades de interação e comunicação podem ser superadas. Por meio de estratégias pedagógicas que contemplem atividades grupais, recursos lúdicos e com elementos que estejam presentes na rotina diária dos alunos, as crianças terão mais familiaridade com as propostas educativas oportunizadas (CHIOTE, 2011).

A partir do processo de relações, as atividades despertam a interação da consciência social, e o reconhecimento das ações cotidianas, levando o sujeito a entender que faz parte da sociedade e tem um lugar no mundo, portanto precisa ser ativos e participativos para contribuir inicialmente na comunidade onde vive.

Para o desenvolvimento da mediação pedagógica, o professor precisa conhecer bem o perfil da criança com TEA, para desenvolver ações que conquistem o seu interesse. As atividades em grupo estimulam a oralidade e o desenvolvimento da fala e o isolamento, característico a esse educando, aos poucos pode ser rompido, quando o professor passa a conhecer melhor as preferências do aluno.

A mediação pedagógica do professor na educação infantil, visando a inclusão da criança com TEA, deve ser desenvolvida a partir de um planejamento bem estruturado, com o conhecimento detalhado do perfil do aluno. Dessa forma, será possível estimulá-lo para a participação de brincadeiras que sejam adequadas ao seu interesse (CHIOTE, 2011).

Com recursos lúdicos e dinâmicas interativas, o desenvolvimento motor, afetivo e social aos poucos vai se configurando; a mediação deve ser contínua e perseverante, pois esse público precisa desse estímulo constante.

As brincadeiras devem ser vivenciadas a partir de propostas educativas que tragam desenvolvimento para as crianças, eles não podem ser ofertados de forma aleatória, sem um planejamento que atenda a realidade educacional dos alunos (SANTOS *et al.*, 2013).

Os estudos de Vygotsky sobre as “Zonas do Desenvolvimento Proximal” ressaltaram que por meio da interação com o meio social e com o outro, a aprendizagem acontece. Sendo assim, dentro das suas especificidades, a criança com TEA precisa ser estimulada, por meio da mediação pedagógica, para que tenha oportunidades de se desenvolver.

Cabe ao professor propiciar uma mediação pedagógica que dê condições da criança com TEA de participar do ambiente de aprendizagem, para isso o educador deverá criar estratégias de ensino, baseadas no nível de desenvolvimento e no grau de TEA que o educando apresenta.

A mediação pedagógica é um processo que faz o professor ter mais familiaridade com as dificuldades do aluno, ele passa a compreender melhor seus avanços e as situações mais desafiadoras, a mediação permite o educador pensar e repensar o desenvolvimento das aulas (CARVALHO, 2022).

É preciso avaliar o perfil do aluno, suas necessidades e capacidades. Após essa verificação o professor terá que compreender quais são as suas necessidades, para planejar ações pedagógicas que auxiliem o seu pleno desenvolvimento.

Quando o professor propõe uma mediação pedagógica, oferece condições para que a criança, aos poucos, desenvolva autonomia, na realização de tarefas e em propostas de brincadeiras, que sem o devido intermédio, talvez não fosse possível. Nesse sentido, observa-se que essa mediação assume um cuidado com o aprendizado do educando com TEA, e essa é a verdadeira prática de inclusão (CARVALHO, 2022).

A brincadeira é uma linguagem universal, por meio dela o professor pode estimular a participação da criança com TEA, pois são situações que despertam iniciativas, tomada de decisões, que são contextos importantes para serem trabalhados com esse público.

As atividades lúdicas despertam na criança o interesse em aprender. O aspecto lúdico propõe jogos e brincadeiras com caráter livre, onde os pequenos se envolvem sem a necessidade de uma rotina imposta, pois o contexto da proposta lúdica é promover interações dinâmicas para estimular o conhecimento.

A mediação acontece através de práticas de confiança. A criança com TEA tem a necessidade de se sentir segura e os professores devem exercer uma mediação pedagógica baseada na afetividade.

Propostas lúdicas não são restritas a brinquedos, jogos e brincadeiras; todas as atividades que se apresentarem num estilo livre, despertando prazer em participar, podem ser consideradas lúdicas, pois nada foi imposto à criança.

Na perspectiva de Carvalho (2022) a mediação pedagógica deve ocorrer com ludicidade, através das brincadeiras as crianças expressam sentimentos e emoções, aprendem conceitos e regras básicas de convívio social, além do respeito ao próximo, essas questões podem e devem ser trabalhadas com o aluno com TEA.

A inserção do lúdico no trabalho pedagógico oportuniza o professor adentrar no mundo da criança, faz com que o docente perceba os desejos e as aflições dos pequenos, dessa forma a intervenção pedagógica ganha muito mais sentido no âmbito educacional. As atividades lúdicas são divertidas, estimulam o raciocínio lógico, a interação grupal e proporcionam alegria às crianças.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e sistematizada, para um conhecimento teórico sobre distintos pontos de vista, bem como resultados de estudos que tratam da temática abordada, referente à mediação pedagógica para a inclusão da criança com TEA na Educação Infantil.

As buscas foram feitas através de termos que se relacionavam com o tema. Além do referencial teórico que trouxe aporte teórico para essa investigação, a partir das buscas realizadas, foram analisadas cinco pesquisas científicas que trouxeram resultados sobre as perspectivas de inclusão na Educação Infantil, no tocante a criança com o transtorno do espectro autista, bem como a mediação pedagógica necessária para o desenvolvimento de ações inclusivas, que busquem contribuir com a formação integral dos pequenos, dando-lhes o direito a uma educação emancipatória e de qualidade.

Os resultados que este estudo apresentou são relevantes e poderão servir de suporte teórico e metodológico para novos estudantes acadêmicos, na área de educação, bem como profissionais de ensino que já estão atuando nas redes de ensino.

O desenvolvimento deste estudo me proporcionou conhecimento singulares sobre o processo de inclusão da criança com TEA, despertando-me o interesse de dar continuidade a esta pesquisa, em um futuro curso de Pós-Graduação.

As crianças com TEA precisam viver em uma sociedade mais inclusiva e quando as propostas educativas partem do ambiente escolar, a propagação nos meios sociais se multiplica. O ambiente escolar deve ser um espaço acolhedor, que eduque para a diversidade e ofereça iguais condições de aprendizagem aos indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscou-se compreender a importância da mediação pedagógica para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. Após a realização de estudos relacionados a temática, identificou-se alguns itens conclusivos a respeito desta investigação bibliográfica, de caráter exploratório e sistematizada.

Verificou-se que o processo de inclusão da criança com o transtorno do espectro autista na Educação Infantil é uma tarefa desafiadora nas instituições de educação brasileira, mas esse contexto é fundamental para que esse público tenha direito a uma educação de qualidade para o exercício da cidadania.

Foi averiguado que o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com TEA deve ocorrer na rede regular de ensino, com condições especializadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

Pode-se evidenciar que a inclusão no espaço escolar está liada aos processos de acolhimento, mediante as necessidades das crianças, pois é importante verificar suas singularidades, para o desenvolvimento de práticas de ensino inclusivas, baseadas nas necessidades educacionais dos alunos.

O contexto social e cultural das crianças deve ser levado em consideração, para uma adequação do currículo escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), tratou sobre a garantia de uma educação inclusiva na rede regular de ensino, ofertando: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” de maneira transversal.

As instituições de ensino precisam estar preparadas para desenvolver o processo de inclusão e os professores necessitam de formação adequada para entender as necessidades das crianças com deficiência e transtornos, para que assim possam ajudá-las a participar do processo educativo.

A Educação Infantil é uma etapa do ensino onde as crianças devem ser propiciadas a experiências lúdicas de aprendizado, as práticas educativas devem ser desenvolvidas com base em jogos, dinâmicas e brincadeiras, para que a intenção educacional consiga fazer parte do universo do aluno.

A organização da rotina é muito importante para a criança com TEA, por isso o professor deve programar bem as atividades que irá propor, considerando o interesse do aluno, para que a mediação pedagógica tenha perspectivas positivas. Esse contexto é fundamental, visto que esse público tem dificuldade com mudanças de rotina, e envolvimento social em brincadeiras,

musicalidade e demais interações. Caberá ao professor propor e mediar as atividades, com muita acolhida e carinho, para que o educando estreite as relações no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf. Acesso em: 27 mai. 2018.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 24 de jun. 2018.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/.../16690-politica-nacional-de-educacao-especialna-perspectiva-da-... Acesso em: 16 mai. 2018.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão** - introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Rhayssa Moreira. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): papel do pedagogo no processo de inclusão na educação infantil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Estado do Amazonas, Tabatinga, Amazonas, 2022. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/4167/3/Transtorno%20do%20espectro%20autista%20%28TEA%29%20papel%20do%20pedagogo%20no%20processo%20de%20inclus%C3%A3o%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CAVACO, Nora. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CHICON, José Francisco. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, São Paulo, v. 41, n. 2, abr./jun. 2019.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CORREIA, Clacy Somenzi. **O desafio da inclusão no Ambiente Escolar: um estudo no município de nova londrina, PR**. 2014. Monografia (Pós Graduação em Educação) - Universidade Tecnológica Federal do Estado do Paraná, Medianeira, 2014.

DUTRA, Adriana, Basto, Oliveira. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. 2014. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, Conde, Paraíba, 2014.

FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 3, 2008.

FERREIRA, Roberta Flávia Alves. **Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil**: o desafio da formação de professores. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

MELLO, Ana Maria S. Ros. **Autismo**: guia prático. Colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. 4.ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/35022217/Autismo_Guia_Pratico. Acesso em: 17 jun. 2023.

NUNES, Everardo, Duarte. Pesquisa de serviços de Saúde. **Ciência saúde coletiva**, v. 10, n. 2, p. 499-501, jun. 2007.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Maria da Luz dos Santos. **Formação Docente e Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista**: Algumas Reflexões. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Tatiana de. **O Autismo na Educação Infantil**. 2019. Monografia (Graduação)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2019.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zannhar, 1971.

PINTO, Esther de Souza Almeida. **A inclusão na Educação Infantil**: desafios e possibilidades. 2017. Monografia (Especialização) - Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2017.

ROSA, Anna Paolla de Mello. *et al.* 2017. **O professor e a inclusão do educando autista na escola comum do ensino regular**: os desafios na prática pedagógica. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Documents/212-618-1-SM.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, Ana Maria, Tarcitano dos. **Autismo**: desafios na alfabetização e no convívio escolar. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem) - Centro de Diferencia em Distúrbios de aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.crda.com.br/tccdac/22.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SANTOS, Adriano. *et al.* Metodologias de Ensino para crianças autistas: superando limitações em busca da inclusão. *In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA*, 5, 2013, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: editora realize, 2013. p. 1-10. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3888>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: ED. Fontanar, 2012.

SILVA, Caetano Ubirajara. **Interação e comunicação de crianças com o transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em aulas de educação Física infantil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

TREINTA, Fernanda Tavares. *et al.* Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 03, p. 508-520, jul./set. 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das Necessidades educativas especiais**. Conferência sobre Necessidades Educativa Especiais: acesso e qualidade. Paris: Edições UNESCO, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso. Inclusão Escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2020.